

Brasil vive ataque legislativo e político contra educação sexual e de gênero, aponta ONG

[\(Folha de S. Paulo | 12/05/2022 | Por Fernanda Mena\)](#)

Professora de inglês de uma escola pública de Vinhedo (SP), Virgínia Ferreira aproveitou a semana do Dia Internacional da Mulher, em março de 2019, e pediu uma pesquisa sobre feminismo e violência de gênero aos alunos do oitavo ano. A iniciativa lhe rendeu a acusação, por parte de outros servidores, de “doutrinação”, dois processos disciplinares e uma série de ameaças e ataques a sua reputação em redes sociais.

Ferreira é uma de muitos professores brasileiros constrangidos, assediados ou mesmo punidos por tratarem de questões de sexualidade e de gênero nas salas de aula da rede pública de um país em que parte da sociedade e da classe política desacreditam e rejeitam a educação sexual e de gênero, apesar de evidências de seus efeitos protetivos sob crianças e adolescentes.

Segundo relatório da ONG internacional Human Rights Watch (HWR) lançado nesta quinta (12), o Brasil vive uma campanha legislativa e política nas três esferas de governo —federal, estadual e municipal— que tem enfraquecido ou até mesmo proibido a educação sobre gênero e sexualidade nas escolas.

O documento é baseado na análise de 217 projetos de lei apresentados e leis aprovadas entre 2014 e 2022, e em 56 entrevistas com professores e especialistas em educação, incluindo representantes de secretarias estaduais de educação, sindicatos e organizações da sociedade civil.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)